

**Práticas e História: Dos arquivos para a sala de aula<sup>1</sup>**

**Natália Coelho Gonçalves<sup>2</sup>, Jessica Suzano Luzes<sup>3</sup> e Margareth de Almeida Gonçalves(orientadora)<sup>4</sup>**

**Resumo**

Busca-se apresentar o programa de educação tutorial (PET-HISTÓRIA) e a sua proposta de construção de materiais didáticos a partir de estudos sobre os registros eclesiásticos da Baixada Iguaçuana. Mostraremos a importância dessa documentação para a compreensão da sociedade escravista da região.

**Palavras-Chaves:** registros paroquiais, materiais didáticos e escravidão.

**Abstract**

The aim of this communication is to focus on the program of tutorial education (PET-HISTÓRIA) and its proposal of construction of didactic materials from studies on the ecclesiastical registers in the Baixada Iguaçuana in 19<sup>th</sup> century. We will discuss the importance of this documentation for the understanding of slavery society in the region

**Keyword:** Parochial Registers, Material Didactic and Slavery.

**Introdução**

Esta comunicação é a apresentação de uma das propostas do nosso Programa de Educação Tutorial, intitulado *Práticas e História: Dos arquivos para a sala de aula*, no qual visamos a construção de materiais didáticos a partir do levantamento e da análise crítica das fontes documentais, tendo como ênfase os registros eclesiásticos de batismo, casamento e óbito, focando primordialmente a região correspondente à antiga Vila de Itaguaí.

---

<sup>1</sup>Projeto financiado pelo Programa de Educação Tutorial. Este é um projeto do governo federal (PET-2007 - MEC/SESu/DEPEM), destinados aos cursos de graduação de todo o Brasil. O objetivo principal deste é a melhoria da formação acadêmica através do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com alunos orientados por um tutor. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) o pet em história está sendo desenvolvido desde setembro de 2007, sob a orientação da professora doutora Margareth de Almeida Gonçalves.

<sup>2</sup>Aluna de graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista do programa de educação tutorial (PET).

<sup>3</sup>Aluna de graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista do programa de educação tutorial (PET).

<sup>4</sup>Atualmente é professora adjunta IV do curso de história ICHS/DLCS/UFRRJ e coordenadora do programa de pós-graduação em história do ICHS/DLCS/UFRRJ.

Destacaremos a importância das presentes fontes para a compreensão da sociedade escravista do século XIX, uma vez que os registros paroquiais demonstram maneiras de identificar as pessoas ali mencionadas, e revelam também características dos atores sociais de então, portanto nossos estudos não se restringirão apenas à análise quantitativa das mesmas.

Nesse sentido, buscamos construir materiais a partir dos nossos estudos sobre a Vila de Itaguaí, em especial as relações entre senhores e escravos e questões relativas às identidades tanto da população livre quanto escrava, possibilitando uma maior compreensão do nosso passado escravista. É importante ressaltar que a produção de nossos materiais didáticos não se reduz ao meio acadêmico, pois nos propomos a difundir nosso conhecimento pelas escolas do entorno da UFRRJ.

### O espaço geográfico e a análise das fontes

Existem poucos estudos sobre a região de Itaguaí, apesar de esta ter possuído uma significativa população escrava. Dados mostram que, em 1850, havia na Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí 4.171 escravos, o que correspondia a 49,3% da população total, sendo a população livre de 4.291 indivíduos (50,7%)<sup>5</sup>.

A região de Itaguaí tem seu início em terras que pertenciam anteriormente à Fazenda de Santa Cruz, onde se estabeleceram aldeamentos por padres jesuítas no século XVIII, por volta de 1718. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, esta vasta área foi integrada ao patrimônio da Coroa.

Itaguaí foi elevada à categoria de Vila em 1818, passando a compreender uma superfície total de 428,90 Km<sup>2</sup>, ficando dividida em três freguesias: São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lajes, Nossa Senhora da Conceição do Bananal e a Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí. Ela se localizava em uma zona de passagem entre o interior montanhoso produtor de café e a corte, servindo, portanto, de um importante entreposto comercial. Porém a atividade de maior peso a economia da Vila, era a agrícola.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup>SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. "A freguesia". In: *Linhas invisíveis. Escravidão e relações de compadrio Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855)*. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.. 25.

<sup>6</sup>Cf. SILVA, 2005. pp. 20.

É importante destacar, que essas fontes foram produzidas pela Igreja e seguiam normas previamente estipuladas desde 1720, através das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*<sup>7</sup>. Um modelo que podemos utilizar como exemplo, é o registro de batismo de escravos. Este deveria conter informações como: data e local do batismo, o nome do batizando, dos seus pais, o nome dos padrinhos, seu estado matrimonial, o nome dos proprietários dos padrinhos, caso estes fossem escravos, a paróquia a que pertenciam pais e padrinhos dos batizados, entre outros.<sup>8</sup> Porém as informações contidas nos livros de batismo geralmente extrapolavam as estipuladas pela Igreja. Muitos registros de batismo mencionam se os batizados são inocentes ou adultos, como também fazem referências a sua cor, legitimidade e sexo. Quanto aos pais e padrinhos, há referência a cor, condição jurídica, naturalidade, entre outros qualificadores. Dessa forma, a feitura dos assentos passava também pelo poder da escrita dos padres, que eram verdadeiros filtros de informações.

Assim, não podemos esquecer que essas fontes reproduzem as “impressões” correspondentes à parcela branca da sociedade, e não o relato direto dos escravos. Porém, uma vez analisadas de forma crítica, e sempre que possível cruzada com outras fontes, elas nos possibilitam conhecer algumas das dimensões da vida dos escravos, assim como suas construções de vínculos sociais e afetivos.

### **Materiais didáticos**

No programa de educação tutorial buscamos elaborar materiais didáticos que tem como objetivo focar a diversidade do processo de construção de identidade que se desenrola na relação entre o sujeito e o social, mediado pelas representações. Assim, problematizamos a complexidade da sociedade do século XIX, rompendo com alguns estereótipos, até então vigentes em muitos livros didáticos, como por exemplo, a idéia do escravo apenas como vítima, desprovido de subjetividade.

O trabalho desenvolvido por Lana Mara de Castro Siman (2005) exemplifica bem a nossa questão. Lara Siman realizou uma pesquisa objetivando entender como os alunos

---

<sup>7</sup> VIDE, Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Comp. De Jesus, 1720.

<sup>8</sup> GUEDES, Roberto. “Notas sobre Fontes Paroquiais de Batismo”. In: *Cadernos de Estudos e Pesquisa-História*. São Gonçalo/ RJ: Universo, 2004. Ano VIII, n 19. PP.97.

representavam os negros. Para tal criou um tema “O negro e a escravidão no Brasil”, e pediu aos alunos que desenhassem algo sobre esta temática. A maioria destes desenhou os negros em trabalhos manuais, com muito sofrimento e violência física.

Neste momento, Siman tentou reconstruir com os alunos a imagem naturalizada de escravo coisa, apresentando a diversidade das experiências humanas, conforme se constata neste fragmento

“Nossa intenção foi a de fazer com que as crianças percebessem que o negro não se limitou à condição de escravo e de escravo desprovido de sua condição de sujeito e, portanto, de elaborador de estratégias que lhes proporcionaram um cotidiano mais plural e diverso, no mundo social e do trabalho.” (SIMAN, 2005, pp. 354).

A representação dos alunos pode estar ligada também às interpretações sobre escravidão das décadas de 1960/70. Até a década de 70, a historiografia brasileira<sup>9</sup> tendeu a considerar o escravo como coisa-mercadoria, uma vez que privilegiava apenas o aspecto econômico do sistema. Dava-se assim, uma maior importância apenas à natureza das economias escravocratas, ao papel do patriarcado nesse regime.<sup>10</sup>

A formação de famílias escravas estava praticamente ausente nesses estudos, uma vez que os escravos eram vistos como incapazes de constituírem relações sociais estáveis. Dessa forma, o cativo era considerado um ambiente onde reinava a promiscuidade sexual, apontada por alguns como consequência da inferioridade da raça, e por outros, como culpa do próprio regime escravista.<sup>11</sup>

Porém, os novos estudos vêm modificando esta imagem, mostrando os escravos enquanto sujeitos, e enfocando as experiências, o cotidiano, as estratégias elaboradas por estes na sociedade escravocrata.<sup>12</sup>

9 Cf., entre outros, NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do sistema colonial*, GORENDER, Jacob. O escravismo Colonial e CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*.

<sup>10</sup> Nesse sentido temos *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, como o grande marco dessa corrente; embora seja inegável sua importância para inovação da interpretação histórica do Brasil.

<sup>11</sup> SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. “*Linhas Invisíveis: escravidão e relações de compadrio na Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855)*.” Monografia de Final de Curso. Seropédica: UFRRJ, 2005. pp.7.

<sup>12</sup> Podemos citar, entre outros: SCHWARTZ, Stuart, *Escravos Roceiros e rebeldes*; FLORENTINO, Manolo & GÓES, J.Roberto. *A Paz nas Senzalas*; SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor e* REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*.

Diante desta nova abordagem histórica, os registros paroquiais são de suma relevância, uma vez que marcam a existência e a trajetória dos indivíduos na sociedade, tanto de livres quanto escravos, revelando uma distinção no tratamento dado estes. Como exemplo, temos a categoria cor que no século XIX mais do que representar a cor da pele se referia ao lugar social do sujeito, conforme aponta a historiadora Hebes Mattos

“Na verdade todo o período colonial, e mesmo até bem avançado do século XIX, os termos ‘negros’ e ‘preto’ foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos, ‘preto’ foi sinônimo de africano, e os índios escravizados eram chamados de ‘negros da terra’. ‘Pardo’ foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente, sinalizando para a ascendência européia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de um a crescente população para qual não era mais cabível a classificação de ‘preto’ ou de ‘crioulo’, na medida em que estes tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. A emergência de uma população livre de ascendência africana – não necessariamente mestiça, mas necessariamente dissociada, já por algumas gerações, da experiência mais direta do cativo – consolidou a categoria ‘pardo livre’ como condição lingüística para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis eu implicavam. (MATTOS *apud* Cf. GUEDES, 2004: 101)”

Em nossa proposta para a construção de materiais didáticos enfatizaremos as diversas categorias próprios do século XIX, tais como inocente, adulto, legítimo, natural, escrava, livre, pardo, crioulo, preto, nação. De modo a exemplificar a nossa análise, destacamos um registro de batismo de uma escrava:

“Aos quatro do mes de Abril de mil oitocentos e cincoenta e dois n’esta Freguesia de S. Francisco Xavier de Itaguahy, baptisei solennemente, e púz os Santos Olhos, a innocente Joaquina, cristã, nascida aos desoito de março deste anno, filha natural de Francisca, escrava de Dionísia Maria da Conceição, serão padrinhos, Quintino Xavier, Liberto, e Francisca, escrava de João Cordeiro, e para constar fiz esse assento.

Francisco de Santa Emilia Coelho  
Pro = Parocho”

(Fonte: Livro de batismo de escravos\batismo de escravos – Itaguaí -  
livro 2- 1842-1880. pp. 146 frente.

Neste fragmento está presente a categoria *innocente* que se refere a indivíduos menores de sete anos, acima destes eram considerados *adultos*. No estudo do historiador Roberto Guedes vemos uma diferença importante entre os registros de batismos de escravos e de livres. Segundo o autor, é rara a presença de adultos batizados em registros de livres ao contrário do que ocorre nos registros de batismo de escravos. (GUEDES, 2004:100)

Outra categoria que podemos destacar no registro é a de *natural*, que significa filho nascido de união não reconhecida pela igreja, que se contrapõe a categoria de *legítimo* que caracteriza o batizando oriundo de uniões matrimoniais reconhecidas pela igreja.

### Considerações Finais

Nesta comunicação buscamos apresentar a proposta, ainda em sua fase inicial, da construção de materiais didáticos a partir da análise dos registros eclesiásticos da região da Baixada Iguazuana. Tais fontes são de significativa importância, pois nos possibilitam conhecer um pouco sobre a escravidão nesta localidade, e principalmente, como os escravos buscaram escapar das restrições da lógica escravista. Focamos aqui como o uso dos qualificadores nos permitem constatar as distinções sociais presentes no século XIX, e como as identidades sociais da época não se restringiam a dicotomia livre e escravo, assumindo uma maior complexidade.

### Referências Bibliográficas

1. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962.
2. FLORENTINO, Manolo & GÓES, J.Roberto. *A Paz nas Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
3. GUEDES, Roberto. “Notas sobre Fontes Paroquiais de Batismo”. In: *Cadernos de Estudo e Pesquisas-História*. São Gonçalo /RJ: Universo, 2004. Ano VIII, n 19. pp. 97-123.
4. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1985.
5. NOVAIS, Fernando. *A estrutura e dinâmica do sistema colonial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
6. REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
7. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- . ----- ---. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

8. SILVA, Kelen Fernandes dos Santos. “Linhas Invisíveis: escravidão e relações de compadrio na Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (1848-1855).” Trabalho de conclusão de curso (monografia). Seropédica: UFRRJ, 2005.
9. SIMAN, L. M. C. . Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da História. Cadernos CEDES, São Paulo, v. 25, n. 67, p. 348-364, 2005.
10. SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.